

“QUIET QUITTING” E A PRÁXIS SILENCIADA DAS NOVAS GERAÇÕES¹

João Marcos Leão Roldão²

Resumo

Com o fim da pandemia de Covid-19, surge um novo fenômeno entre os jovens trabalhadores: o "*Quiet Quitting*". Este artigo analisa a "saída silenciosa" enquanto possível resistência ao estranhamento, liberdade negativa, empreendedorismo-de-si e desigualdades, contrastando-a com as práticas históricas dos movimentos grevistas. Conjeturamos que o *Quiet Quitting*, como ação neutralizada no individual, se enquadra no Realismo Capitalista. Defendemos, pois, que o anticapitalismo e sofrimento proletário por detrás desses atos seriam melhores sublimados pela camaradagem e práxis revolucionária.

Palavras-chave: Quiet Quitting; Capitalismo; Camaradagem; Trabalho; Greve.

“QUIET QUITTING” Y LA PRAXIS SILENCIADA DE LAS NUEVAS GENERACIONES

Resumen

En el fin de la pandemia de Covid-19, surge un nuevo fenómeno: "*Quiet Quitting*". Este artículo analiza la "salida silenciosa" como posible resistencia al extrañamiento, las libertades negativas, el autoemprendimiento y las desigualdades, contrastándola con las prácticas históricas de los movimientos huelguistas. Conjeturamos que el *Quiet Quitting*, como acción neutralizada en el individuo, encaja en el realismo capitalista. Por lo tanto, sostenemos que el anticapitalismo y el sufrimiento proletario detrás de esos actos se sublimarían mejor mediante la camaradería y la práctica revolucionaria.

Palabras clave: Quiet Quitting; Capitalismo; Camadería; Trabajo; Huelga.

“QUIET QUITTING” AND THE SILENCED PRAXIS OF THE NEW GENERATIONS

Abstract

With the end of the Covid-19 pandemic, a new phenomenon has emerged among raxi raxis: "*Quiet Quitting*". This article analyzes this strategy as a possible resistance to estrangement, negative freedom, self-entrepreneurship and inequalities, contrasting it with the historical practices of strike movements. We conjecture that *Quiet Quitting*, as a neutralized action in the individual, fits into Capitalist Realism. We therefore argue that the anti-capitalism and proletarian suffering behind these acts would be better sublimated by comradeship and revolutionary raxis.

Keywords: Quiet Quitting; Capitalism; Comradeship; Work; Strike.

¹ Artigo recebido em 15/05/2023. Primeira Avaliação em 05/09/2023. Segunda Avaliação em 04/08/2023. Aprovado em 18/10/2023. Publicado em 11/12/2023.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.58493>.

² Graduado em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Paulo - Brasil. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGpsi) da UFSCar.

E-mail: jm.roldao00@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3981742855647524>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9623-2241>.

Introdução

Passados três anos os quais a sociabilidade do capitalismo, durante a pandemia do Covid-19, se desequilibrou com o peso de suas próprias contradições, o caráter cíclico de suas crises e subseqüentes reorganizações produtivas nos convidam a observar os novos tensionamentos constrictos ao ser/estar do proletariado. Conduzido pela precarização, o mundo do trabalho neoliberal testemunha uma tendência emergida no Norte Global e que se espalha progressivamente aos países periféricos: o “*Quiet Quitting*”.

No começo dos anos 2000, um certo jogador de futebol brasileiro, quando perguntado por um jornalista sobre os atrasos salariais em seu clube, respondeu: “eles fingem que pagam e eu finjo que jogo”. Tragicomicamente, essa se tornou a tônica do fenômeno que desejamos avaliar. A “saída silenciosa” - em tradução livre - refere-se a uma gama de comportamentos adotados por jovens trabalhadores frustrados com a voracidade do ambiente empresarial, principalmente no tocante às exigências irrestritas por rendimento, condições/organizações produtivas demasiadamente penosas, bem como a ausência de retribuições proporcionais aos esforços. Os sentimentos de injustiça e desvalorização ante seus esforços impulsionam os sujeitos a questionarem os sentidos de “fazer-se mais do que se é pedido” na busca pela subsistência.

Nas discussões virtuais, muitos dos adeptos a essa prática preferem nomeá-la como “*acting your wage*” – “agir conforme o salário”, em tradução livre. Sumarizando, os assalariados atuariam conforme às contrapartidas recebidas, não mais cedendo à autoaceleração de seus ritmos laborais, à realização de atividades fora do expediente e demais ações voltadas ao proveito da corporação – por vezes sobrepostas às pactuações contratuais (Jain, 2023). Não utilizaremos a segunda denominação, pois, nesse íterim, a dispensa do emprego não é totalmente evitada pelo *Quiet Quitter*, tal qual uma espécie de jogo de “soma não-zero”. Caso isso não ocorra, o trabalhador conseguiria estender, com relativa autodeferência, sua permanência em situações tidas pouco remediáveis. Mesmo demitidos, o distanciamento emocional do ambiente de trabalho, junto de sua temporária disrupção, blindá-los-ia do sentimento de descartabilidade e até permitiria a restauração parcial de sua honra.

Além disso, o panorama acima se coaduna com outros dois movimentos recentes: “*The Great Resignation*” e a mentalidade “*Antiwork*”. “A Grande Demissão” – em tradução livre - alude à onda de desligamentos voluntários ocorrida a partir de 2022 entre estadunidenses empregados no setor de serviços. Nas redes sociais, moças e rapazes insatisfeitos com seus salários, chefes, colegas e clientes desabafavam sobre os impactos negativos causados pelo labor, ironizavam práticas gerenciais caricatas, viralizavam pedidos de demissão “catárticos” e incentivavam aqueles que se encontravam em situações parecidas a deixarem seus postos. A corrente “anti-trabalho” – em tradução livre – também se caracteriza como um fato digital novo. Seus simpatizantes, reunidos em fóruns e comunidades da *internet*, abarcam um espectro político estendido desde a social-democracia e correntes reformistas até o comunismo e o anarquismo. As causas desse grupo - difundidas em meio a *memes* ou manifestos - também são amplas, indo desde o debate público sobre os revezes do neoliberalismo até mesmo a abolição total do trabalho (O’CONNOR, 2022).

Dito isso, conjecturamos que estamos diante de ineditismos frente às expressões de descontentamentos, por parte da juventude do século XXI, às interferências deletérias do capitalismo em suas vidas. A mídia tradicional, por sua vez, repercutiu esse cenário sob a óptica neoliberal. Basta vermos que os primeiros contatos que muitas pessoas tiveram com esses acontecimentos foi por meio de artigos redigidos por economistas e empresários favoráveis às práticas da acumulação flexível. A retórica do “ninguém mais quer trabalhar” simplifica demasiadamente o fenômeno com interpretações administrativistas e - explícita ou implicitamente - antagoniza a mocidade proletária como ingênua, preguiçosa e mimada.

Considerando a natureza embrionária do debate sobre os fenômenos citados acima nas ciências humanas brasileiras, este estudo se propõe a colaborar na construção da temática com algumas reflexões iniciais. Para tal, este artigo descreve brevemente os componentes materiais, históricos e dialéticos imbricados no *Quiet Quitting*, bem como os sujeitos sociais que os desempenham. Além disso, analisamos a sua eficácia enquanto *práxis* mediante comparações com os paradigmas de disrupção, formas de mobilização, relações entre semelhantes e horizontes de lutas abarcados tradicionalmente nos movimentos grevistas.

O *ethos* pós-pandêmico

A compreensão integral de um momento histórico pressupõe, dentre outras coisas, a caracterização dos seres sociais nele incorporados. Em nosso caso, a característica marcante desse grupo está na idade: sua grande maioria nasceu a partir dos anos 1990. Ou seja, estamos lidando com recortes geracionais compostos por parte dos *Millenials* e toda a Geração Z. Esse dado, por si só, é significativo: são pessoas que nasceram em um mundo sob a hegemonia da reestruturação produtiva, da globalização e do neoliberalismo. Não é surpreendente que, ao ponderarmos os embargos predominantes nas últimas duas décadas, muitos jovens se sintam expostos em um mundo cheio de problemas sérios e cronificados. Progressivamente, as mudanças climáticas deixam de ser encaradas como antevisões alarmistas da bolha científica e se revelaram como uma célere questão de sobrevivência humana. As crises financeiras se repetiram com maior periodicidade e agressividade. O aumento do endividamento; da inflação; do aluguel; do desemprego estrutural; da informalidade, junto à desvalorização do diploma; da seguridade social e do salário, contrastam o padrão de vida do pós-guerra com a pauperização e instabilidade dos trabalhadores contemporâneos. Não obstante, o crescimento dos *NEETs* (*Not in Education, Employment, or Training*, ou “Geração Nem Nem”) se associa ao desalento ante o acirrado mercado de trabalho e a dificuldade de, sozinhos, alcançarem a subsistência nos termos do capital flexível (OWEN, 2021; KAPLAN, 2020).

Ademais, esses foram os primeiros seres humanos que tiveram seu desenvolvimento entreposto pela *internet*. Isto também é um fato ontológico relevante, dado que a incorporação da *web* na concretude do cotidiano ultrapassou a dimensão etérea e se expandiu a uma existência hiperconectada. Por um lado, o comércio de dados pelas *Big Tech* e a espionagem engendradas nos órgãos de inteligência dos governos imperialistas – mediante o pretexto do antiterrorismo – instauraram uma ostensiva política de vigilância e manipulação populacional. Porém, a recusa à intromissão da privacidade tem passado ao largo dos agitados fluxos comunicacionais e conteúdos espetaculosos. Nesse ínterim, os conflitos societários entremeados pelas plataformas virtuais, por ainda se revelarem, são debatíveis. Suas margens de discussão começam a partir do enfraquecimento da memória de longo prazo, se estendem às estratégias político-jurídicas de combate às *Fake News*, imposição de

limites ético-legais às falsas equivalências entre discurso de ódio e liberdade de expressão, chegando à escalada da extrema-direita em várias nações.

Paralelamente aos indícios distópicos listados até aqui, as gerações da Era Digital exprimem uma emergente consciência quanto às iniquidades sociais, os agentes delas beneficiárias e à necessidade da ruptura de tais ciclos. Do *Black Lives Matter* à Greta Thunberg, o crescente engajamento dos jovens às causas sociais indica um crescente alinhamento ético-político contrário à conservação de estruturas de dominação historicamente normalizadas. Essa mudança tem sido detectada pelas estatísticas. Na Inglaterra, em um levantamento do *Institute of Economic Affairs* (2021) - ligado ao Partido Conservador - verificou que 67% das pessoas entre 16 e 34 anos declararam simpatia ao pensamento marxista. A Gallup (Newport, 2018) estimou que 51% dos estadunidenses de faixa etária entre 18 a 29 anos tinham visões positivas ao socialismo. No Brasil, o Datafolha (TAVARES, 2022) detectou que 67% das pessoas entre 16 e 24 anos estavam inclinadas às ideias de esquerda. Ou seja, à medida que parte da contrariedade manifestada pelos jovens se direciona aos avanços culturais, políticos e econômicos na preservação e bem-estar das diversas formas de vida na Terra, gradualmente percebem um denominador comum no desequilíbrio ambiental, caos urbano, pobreza, patriarcado, racismo, transfobia e tantas outras feições de opressão: o capitalismo.

Embora o trabalho se apresente teleologicamente como catalisador da vitalidade e transcendência humana, o capital, ao cercear o amplo direito de propriedade, despossuiu as massas de meios autônomos de subsistência, atrelando-a aos critérios do mercado. Juntamente a isso, a desintegração do controle e produtos das atividades tolheu a potencialidade ontogenética do labor, pressionando à alienação e exiguidade aqueles que, diante desse cenário, se viram obrigados a vender sua força de trabalho (proletariado) para uma minoria (burguesia). Esta, ao dominar as forças e relações produtivas (infraestrutura), bem como o aparato estatal, jurídico, ideológico e demais fenômenos da realidade social (superestrutura), moldou as dinâmicas civilizatórias entorno da concentração de riquezas – mediante a extração de mais-valia – e poderes. Constituindo-se, pois, em termos marxistas bem sintéticos, a sociedade de classes nos moldes capitalistas (NETTO, 1994).

A apreensão crítica dessa realidade, tal qual sumarizamos, se torna mais tangível quando, mediante o “saber empírico” costurado pelo proletário em suas

vivências transpassadas pelos imperativos do modo de produção, o olhar direcionado às elites deixa de fomentar inspirações de “liberdade financeira” e passa a estabelecer nexos causais com as escassezes vivenciadas no dia a dia. De acordo com o *World Inequality Lab* (2022), 1% das pessoas mais ricas da Terra acumulavam – em 2021 – 38% da riqueza mundial, ao passo que as 50% mais pobres somavam apenas 2%. Ou seja, muitos trabalhadores têm concebido, nas vicissitudes da sociabilidade capitalista, a dimensão da antinomia civilizatória ao verem Jeff Bezos e Elon Musk concentrarem centenas de bilhões de dólares em seus patrimônios no mesmo período em que funcionários da Amazon e Tesla eram não só submetidos ao adoecimento, humilhações e penúrias decorrentes da sobrecarga laboral, como também eram impedidos de se sindicalizarem e reagirem contra a precarização de suas atividades (GREENHOUSE, 2023).

Além disso, mais e mais empregados percebem como a semântica humanizada do gerencialismo, presente nas retóricas motivacionais, avaliações singulares, flexitempo, trabalho em grupo, gestão por projetos e remuneração por metas, comporta-se tal qual uma camada de verniz sobreposta em diversas violências simbólicas no ambiente organizacional. José Henrique Faria (2013) as define em três modalidades: a Violência Econômica, ligada à volatilização desproporcional da remuneração, prolongamento abusivo da jornada e incremento de produtividade individual associado à diminuição de recursos institucionais; Violência Política, relativa ao descumprimento de direitos trabalhistas, falta de transparência, regras aviltantes, incentivo à competição hostil entre empregados e falta de reconhecimento; e a Violência Psicossocial, manifestada no controle desmedido do tempo e movimentos corporais, imposição de normas não-consensuais, pressão por metas inatingíveis, ambivalências entre autoritarismo e familiaridade, bem como o fomento à dependência relacional e afetiva para com a empresa. Deste modo, os parâmetros da meritocracia, rendimento, austeridade e do “vestir a camisa da corporação” estimulam a intensificação dos ritmos e volumes produtivos mediante à mitigação da identidade e solidariedade proletária, opacidade dos conflitos de classe, ambiguidade comunicacional, assédio moral, agravamento das condições laborais, sobrecarga, isolamento e despotismo. Dialeticamente, essas decorrências são úteis à medida que reforçam a influência da acumulação flexível na constituição subjetiva dos trabalhadores, dentro e fora dos contextos laborais.

Conforme pormenorizado por Luc Boltanski e Éve Chiapello em “O novo espírito do Capitalismo” (1999/2009), a filosofia do empreendedor de si entra nessa conjuntura ideológica tão logo a identificação das contradições perpetradas pelo capital flexível fossem anteparadas por blindagens morais do próprio sociometabolismo produtivo, de modo que os tensionamentos materiais e imateriais passassem a ser encarados não mais como reflexos de falhas sistêmicas, mas de individualidades desprovidas de virtudes, tais quais “resiliência”, tenacidade e criatividade. Caberia ao sujeito, pois, enxergar a si e à realidade “pelo avesso”, e se responsabilizar pela superação e consequências de injustiças estruturais. Apreensivo pela vicinalidade do fracasso e da penúria, ao ver a si mesmo como iniciativa privada passível de valorização e desvalorização em meio à competição mercantil, o ser humano neoliberal internaliza a razão do mercado como critério apurador de formas de viver prioritariamente vantajosas às perspectivas de libertação econômica.

Dito isso, é importante sublinhar que tal modo de existência se propaga em um paradigma de liberdade “negativa”. Como resposta às contestações populares vistas nos anos 1960 e 1970 contra a rigorosa realidade ordenada pelo taylorismo-fordismo, o capitalismo apropriou-se dos desejos por vivências mais autênticas para propagandar novos ideais de emancipação. A expectativa de mobilidade socioeconômica era aspergida pelos arquétipos do *self-made-man*, ou seja, por sujeitos inovadores e perseverantes que não deixariam suas trajetórias de sucesso se abaterem por quaisquer adversidades. Assim, os trabalhadores tornar-se-iam verdadeiramente livres caso se privassem de vinculações e limitações (internas ou externas) interpostas às suas empreitadas no *laissez-faire*. Paradoxalmente, os vácuos deixados pela desagregação da memória, comunidade, classe, cultura, ofício e demais aspectos de pertencimento, juntamente à minimização do consentimento, ética, moderações, vulnerabilidades e planos de futuro, foram preenchidos pela racionalidade mercantil como fio condutor da dignificação e primazia humana.

A lógica da locação ou do empréstimo temporário das propriedades materiais pode ser transportada para as propriedades pessoais, para os atributos da pessoa, ou seja, para as qualidades que, despojadas de seu caráter permanente, são então adotadas conforme a circunstância. ...

Considerada do ponto de vista desse novo modelo de excelência, a permanência, sobretudo a permanência de si mesmo ou o apego duradouro a “valores”, é criticável como rigidez inconveniente e até patológica e, segundo os contextos, como ineficiência, impolidez,

intolerância, incapacidade para comunicar-se (BOLTANSKI; CHIAPELLO, P. 466, 1999/2009).

Em “Sedated: How Modern Capitalism Created Our Mental Health Crisis”, o psicólogo James Davies (2021) vai adiante no estudo das ramificações intersubjetivas da reestruturação produtiva e discorre sobre como ela procriou uma epidemia de mal-estar psíquico nunca vista na história. De um lado, o capitalismo flexível, ao tencionar exponencialmente os espaços, tempos, alteridades e identidades humanas com pressões à produtividade, contrastadas na instabilidade da dignificação mediada pelo *laissez-faire*, transpõe o seu estado de crise permanente ao funcionamento dos sujeitos, generalizando mais e mais a vulnerabilidade psicossocial. Não obstante, dados da Organização Mundial da Saúde (2017) indicam a crescente prevalência de diagnósticos em saúde mental nas populações do mundo todo. Por outro lado, a adesão “voluntária” aos determinantes de exaustão, insulamento e inquietação passa a ser romantizada pela ideologia do empreendedor-de-si. Ser um *workaholic*, independentemente do quão lesivo seja ao corpo, mente e vínculos do sujeito, consubstancia caracteres de fidelidade ao produtivismo. Ao mesmo tempo, quando a obediência a esses arquétipos se confronta com as raias biopsicossociais dos sujeitos, Davies (2021) pontua o quanto práticas acríticas da Psicologia e Psiquiatria, amparadas pelas inclinações da indústria farmacêutica, abordam o sofrimento decorrente desses fenômenos sob a mônada do “indivíduo” – em sua dimensão cognitiva e comportamental – mediante parâmetros de *performance*. A medicalização desenfreada, além de ser mais adictiva e menos eficaz do que se antecipava, a longo prazo, pode agravar os quadros de angústia, bem como despolitizá-los. Tornando-se, pois, ferramentas da ordem neoliberal, à medida que se restringem – deliberadamente ou não – a adaptar os trabalhadores às circunstâncias vorazes do capitalismo flexível.

Enfim, o *Quiet Quitting* apresenta-se enquanto reação espontânea aos embargos do neoliberalismo ao gênero humano nas intersecções da materialidade, haja vista as antinomias socioeconômicas, com a imaterialidade, notável nos sinais captados epidemiologicamente de miséria existencial. Nos resta pensarmos, pois, o quão contundente ela é.

A (não) práxis

Entendemos que a deslegitimação e negação do trabalho estranhado pelo sujeito deriva da compreensão de sua condição operária. Os sentimentos de indignação e inquietação revelam-se como prenúncios de compreensões relativas a um devir interrompido não mais sob preceitos naturalizantes ou individualistas. A gradual apreensão empírica de que as insuficiências materiais e imateriais em sua ontologia, de seus colegas e de quase toda a humanidade, são fenômenos atrelados à materialidade histórica de um modo de produção que, ao dividir a sociedade entre burgueses e proletários, cinge a existência humana em expropriações e frágeis paradigmas de liberdade, se caracteriza como etapa inicial da consciência de classe. Todavia, considerando que o sofrimento concebido no capitalismo não orbita entorno somente de sua tangibilidade ou complexos epifânicos, os sentimentos revoltos só se consolidam por meio da *práxis*.

Nos reportamos ao conceito desenvolvido por Paulo Freire em “A Pedagogia do Oprimido” (1987), que consiste, resumidamente, na unidade dialética entre reflexão e ação dos marginalizados como maneira de guiar coletivamente as mobilizações contrárias aos sistemas de dominação presentes na sociedade.

Ao defendermos um permanente esforço de reflexão dos oprimidos sobre suas condições concretas, não estamos pretendendo um jogo divertido em nível puramente intelectual. Estamos convencidos, pelo contrário, de que a reflexão, se realmente reflexão, conduz à prática. Por outro lado, se o momento já é o da ação, esta se fará autêntica *práxis* se o saber dela resultante se faz objeto da reflexão crítica. Neste sentido, é que a *práxis* constitui a razão nova da consciência oprimida e que a revolução, que inaugura o momento histórico desta razão, não possa encontrar viabilidade fora dos níveis da consciência oprimida. A não ser assim, a ação é puro ativismo. Desta forma, nem um dileitante jogo de palavras vazias – quebra-cabeça intelectual – que, por não ser reflexão verdadeira, não conduz à ação, nem ação pela ação. Mas ambas, ação e reflexão, como unidade que não deve ser dicotomizada (FREIRE, p. 33 – 34, 1987).

Ou seja, uma *práxis* orgânica é elaborada por pensamentos críticos que, na intersecção com práticas de resistência ativa, assimilam a realidade concreta e elucubram métodos para sua metamorfose, ao passo que a ação grupal materializa e complexifica as reflexões insurgentes. Teorias e ativismos, à proporção que amparam e fortalecem a *práxis*, só são aproveitáveis mediante a um alinhamento ético-político com a emancipação concreta dos oprimidos mediante o dialogismo supracitado.

Dito isso, se realmente quisermos analisar o *Quiet Quitting* como postura viável em um quadro de contestação à acumulação flexível, devemos ir para além das

animosidades e perspectivas que a envolve e examinarmos como estas se costumam estrategicamente na latente superação das contradições neoliberais. Levando isso em consideração, comparamos essas ocorrências a uma das táticas de resistência mais adotadas pelo proletariado desde os primórdios do capitalismo: a greve. Norteamos a análise quanto às aproximações e distanciamentos de ambos por meio de quatro eixos complementares. São eles: tipos de disrupção; formas de mobilização; relações entre semelhantes; e horizontes de lutas.

No tocante aos dois primeiros, em uma leitura histórica, as paralisações enfrentariam os agravos à condição proletária mediante a interdição dos ambientes de trabalho e, nos casos mais notórios, de toda a cadeia produtiva em determinada localidade. Em outras palavras, a inconformidade dos operários ante feições específicas de alienação em seus ofícios (baixos salários, longas jornadas, insalubridade, ausência de direitos trabalhistas, etc.) se traduziriam concretamente na interrupção da venda de sua força de trabalho à corporação. No meio tempo em que os empregados permanecem de braços cruzados, a inacessibilidade do patrão à mais-valia, em pouco tempo, abateria seus lucros e a própria manutenção da fábrica. Os desdobramentos desse enfrentamento, ao incitar demais operários imersos em situações parecidas com a dos grevistas, teria o potencial de desencadear ondas de piquetes em outras empresas. Com isso, a oferta de mercadorias de todo um setor do mercado estaria comprometida, desordenando vários pontos da rede comercial e ressoando ainda mais a luta travada por esses sujeitos (LEITE, 1992).

Essa disrupção dos meios de produção se tornaria exequível mediante a organização coletiva do movimento. Nas palavras de Paulo Freire: “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (1987, p. 33). Ou seja, para que frustração se transpusesse em *práxis*, seria fundamental que os trabalhadores dispensassem suas diferenças, apreendessem o compartilhamento das mesmas circunstâncias árduas e se unissem em torno de lutas comuns - ainda que pontuais. Logo, passariam a ser corporificadas em reivindicações inteligíveis por meio de diálogos democráticos e deliberações consensuais entre os proletários. Posteriormente, um esforço conjunto voltar-se-ia às estratégias de comunicação e engajamento de apoio da comunidade para que, enfim, os operários se agrupassem em piquetes e, eventualmente, realizassem negociações (LEITE, 1992). É devido a essa indispensabilidade de organização que os partidos e sindicatos de orientação

marxista se inseririam nas greves. Esses coletivos desempenhariam o papel de: promover reflexões entre o proletariado quanto ao pragmatismo e ética de suas táticas; auxiliar nas campanhas de conscientização e obtenção de suporte popular às referidas causas; encorajar os manifestantes com falas enérgicas; instruí-los quanto a métodos sólidos de resistência; arrecadar fundos aos grevistas desamparados; defendê-los de retaliações; representá-los nas instâncias republicanas; e resguardar a sua integridade, principalmente em face do aparato jurídico-policial acionado pelas elites (LEITE, 1992). Em suma, nesse tipo de *práxis*, fomenta-se ali um microcosmo da luta de classes, em que a constituição de um corpo político-social consistente e ativo afrontaria pontualmente as capilaridades do capital.

Quando observamos o *Quiet Quitting* por essa lente, a leitura anticapitalista adotada por parte dos novos trabalhadores não tem ocasionado o mesmo efeito dominó detalhado acima. Isso pode decorrer do caráter eremítico e difuso que tal forma de insubmissão se exterioriza. A inexistência de articulações coletivas, proteções ao contingente, exigências por mudanças reais e desnudamentos dos conflitos de classes reforçam o retraimento e discrição do empregado frente ao estranhamento suscitado pelos fluxos produtivos. Tais fatores nos levam à suposição de que não há, até agora, formas coesas de mobilização na “saída silenciosa”. Até mesmo quando pensamos na “Operação Tartaruga”, uma modalidade de greve em que o proletariado não abandonaria seus postos, entretanto, boicotariam o ritmo de trabalho deliberadamente até que a chefia ouvisse suas queixas, a morosidade só impactaria o chão de fábrica caso fosse coordenada entre todos. Deste modo, as brechas de disrupção disponíveis a um *Quiet Quitter* estaria restrita à redução parcial do quanto de mais-valia relativa e absoluta a empresa retiraria de seu trabalho individualizado. E ainda assim, em não sendo algo organizado em maior escala, a gerência conseguiria reestabelecer o *status quo* e punir tais funcionários com o incremento de suas metas, contrações na remuneração, ampliação das violências simbólicas, ou desligamentos. Esse esvaziamento pode ser um indicativo de que as relações de solidariedade mantidas por esses jovens proletários não coincidem integralmente àquilo dito por Paulo Freire. Por enquanto, ainda quando os sujeitos sociais têm ciência sobre a transversalidade dos problemas laborais no cotidiano de seus companheiros, o ato da insubordinação e esboços de libertação desconsideram

a coletividade como pressuposto de contundência, insulando-os em comportamentos solitários.

A popularização da internet possibilitou - mais do que o rádio e a televisão – a troca de experiências e visões socioeconomicamente críticas, facilitando, pois, o elemento reflexivo da *práxis*. Contudo, o mesmo não pode ser certificado na conversão em ações contestatórias. Os compartilhamentos de mensagens contrárias ao capitalismo não necessariamente acompanham instruções claras ou incentivos para que os jovens elaborassem respostas conjuntas a esse ordenamento nas especificidades de seus locais de trabalho. Ademais, o que podemos perceber no ativismo nas redes é que o seu deslocamento às ruas acontece frequentemente como reação, repercutido em nível macroscópico, diante de fatos chocantes ou excepcionais em recortes sociodemográficos específicos. São reações, ao invés de ações. No entanto, muitos dos desarranjos engendrados no modo de produção flexível estão hospedados na “normalidade” da vida mediada pelo capital, impactando todo o conjunto populacional – ainda que sob condicionantes de raça, gênero, idade, etc. A sua repetida omissão nas manchetes, *trending topics* e pesquisas científicas, por ser trivializada há tempos, os deixaram pouco chamativos a olho nu. Conseqüentemente, a imbricação da desigualdade no funcionamento do real, o descontentamento recepcionado na dubiedade quanto às perspectivas de sua reversão tornam o combate às injustiças trabalhistas, na mente dos jovens proletários, como pouco tangível.

Enfim, é sob essa aparente imutabilidade das coisas que a relação com os semelhantes, por se dar sob a penumbra de vias abstratas e insuficiência de evidências as quais respaldariam a esperança, voltar-se-ia à comunhão do pessimismo e apoio moral. O *Quiet Quitter* retroalimenta essa tônica por se portar como um “sobrevivente”. Este conceito, definido por Jodi Dean no livro “Camarada: um ensaio sobre pertencimento político” (2019/2021), alude às pessoas que:

[...] lutam para sobreviver em condições avessas à vida, em vez de agarrar e transformar tais condições. [...] Os sobreviventes experimentam sua vulnerabilidade. Alguns passam inclusive a valorizá-la e a nutri-la, a derivar seu senso de eu da capacidade de sobreviver contra todas as condições adversas. [...] Para elas, a luta para sobreviver é uma característica-chave de uma identidade imaginada como dignificada e heroica porque precisa produzir a si mesma, por conta própria (DEAN, p. 30, 2019/2021).

Tal forma de fatalismo e dispersão do *savoir-faire* revolucionário, de acordo com a autora, encontraria suas antíteses pela “camaradagem”. Em seu ensaio, Dean explica que o elo entre camaradas ultrapassa a simples aglutinação de sujeitos com propósitos convergentes à superação do capitalismo. Na verdade, esse pronome de tratamento, acima do credenciamento marxista, simbolizaria a reintegração do pertencimento, tempo, espaços e história outrora fragmentados pela liberdade negativa. No *front* das disputas de classe, representados – entre outros casos – pelas greves, a singularidade ético-política conseguiria ser internalizada pelo proletariado, de modo que as memórias de luta e pulsões de emancipação fossem resgatadas em sua vitalidade. A identificação com o Outro, no intercâmbio entre sofrimentos e desejos transpassados pela mesma materialidade histórica, e o reconhecimento de que a luta por justiça se tonificaria em mobilizações, as divisões de utilitarismos e personalidades preconizadas pela liberdade negativa são suplantadas pela construção do “comum”. Desse modo, a camaradagem passaria a ancorar uma nova razão do trabalhador sobre seu lugar no mundo, questionando a naturalidade da dominação, desvelando quais agentes nela se integram e, quando agregada a leituras subversivas, as expressões conjuntas e consistentes de transformação da realidade.

O termo “camarada” designa uma relação política, um conjunto de expectativas de ação em direção a um objetivo comum. Sublinha o que há de comum entre aqueles que se encontram de um mesmo lado – independentemente de suas diferenças, os camaradas estão juntos na luta. ... A camaradagem lastreia a ação, e, nesse lastro, nessa solidariedade, ela coletiviza e direciona a ação à luz de uma visão compartilhada para o futuro. Para os comunistas, trata-se de um futuro igualitário de uma sociedade emancipada das determinações da propriedade privada e do capitalismo e reorganizada de acordo com a livre associação, o benefício comum e as decisões coletivas tomadas pelos produtores. (DEAN, p. 20, 2019/2021).

Nessa mesma tônica, o abatimento e hesitação presentes na juventude do século XXI condizem com a noção de “realismo capitalista” delineado por Mark Fisher (2009/2020). O filósofo britânico argumenta que a perpetuação da sociabilidade interposta pelo capitalismo pós-fordista se deu para além das expectativas de abundância e prazer, das apropriações de liberdade e autenticidade, das repressões às críticas e rebeldias. Na realidade, o modo de produção flexível dispensa a anuência ou coerção estridente das massas para manter-se inexorável, uma vez que ideologia neoliberal circundou a subjetividade coletiva em uma espécie de barreira invisível, a

qual dificultaria a elaboração de hipóteses voltadas a modos de ser/estar no mundo não coexistentes com uma sociedade dividida em classes. A frustração com o *status quo* não precisa mais ser objetado com contra-argumentos ou novas promessas: a percepção prévia de que “não há alternativas” se tornaria suficiente para neutralizar os ânimos anticapitalistas e convencer “intuitivamente” as massas de que “a vida é assim mesmo”. Deste modo, a interrupção da *práxis* deixa de ocorrer pela falta de liberdade, muito menos de motivos, para que os trabalhadores protestem, mas sim pelo cerceamento da imaginação e dimensão do poder proletário. A cisão entre as capacidades crítica, onírica e de ação condicionou o sujeito a fragmentar sua consciência de classe ante o pragmatismo congênito na luta ideologizada pela própria sobrevivência nos interstícios da precarização. Nesse meio tempo, sumariza o autor, tornou-se mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo.

Feitos todos os apontamentos relativos ao *Quiet Quitting*, concluímos que esta é uma das manifestações mais cristalinas do realismo capitalista no mundo do trabalho pós-pandêmico. Como vimos nesse artigo, os jovens trabalhadores estão – paulatinamente - assimilando os nexos políticos, econômicos, sociais e históricos das iniquidades as quais lhes afetam. Vários deles, inclusive, passaram a conjecturar quais patrimônios materiais e imateriais lhes seriam de direito, bem como projetos civilizatórios que seriam mais coerentes à emancipação popular. Todavia, o engajamento às ideias socialistas não têm se convertido na organização de subversões coletivizadas, muito em conta do isolamento e esmorecimento embargados no capitalismo tardio. Em síntese, muitos compreendem que as misérias existenciais não seriam intrínsecas e naturais à natureza humana em si, até vão além ao discernir que os seres sociais detêm, no plano teórico, caminhos exequíveis para a superação dessas antinomias. Entretanto, ponderam que estes, em “pragmatismo irremediável ao olho nu”, não serão seguidos devido ao poder que as estruturas do capital exercem sobre o “homem comum”. A falta de alternativas não se sustentaria, pois, em si mesma, tampouco na ilegitimidade ética e política, mas sim na indiferença que as massas apresentam a elas.

Essa leitura confere uma qualidade hermética à sociabilidade neoliberal. A utopia, por falta de elementos que tornariam sua eclosão verossímil no curto/médio prazo, retroalimentam uma factualidade distópica entre as novas gerações. Tal contradição é demonstrada pelo *Quiet Quitting* à medida em que a perpetuidade ou

suspensão das violências simbólicas estariam vinculadas ao consentimento dos novos assalariados em permanecerem no ambiente organizacional, em detrimento da apropriação ou ultimato popular às micro e macroestruturas de poder, inverte a lógica da vítima-agressor e os tenciona em espaços liminares do tédio e desespero, da impotência e encargo, da inércia e vertigem. Portanto, a “saída silenciosa”, em sendo uma investida individual e silenciosa ao ordenamento de espoliação do labor, abrevia o horizonte de lutas emancipatórias em meras tentativas do sujeito se esquivar do realismo capitalista através das lacunas nele assentidas, sem que a insatisfação proletária ameace a sua hegemonia.

Neste quesito, essa soma de comportamentos mais se aproximaria das “ideologias defensivas” delimitadas pela Psicodinâmica do Trabalho. Tal concepção - do psicanalista francês Christophe Dejours - dialoga com o itinerário da nossa investigação: são estratégias, sistematizadas por trabalhadores em sofrimento psicossocial, traduzidas em idiosincrasias, rituais e perspectivas evitativas, que buscam restabelecer o equilíbrio interno e evitarem a intensificação da agonia laboral em adoecimento ou corrosão dos sentidos. Tais diligências adaptativas, contudo, ao não agirem sobre os determinantes de alienação na realidade concreta, podem cronificar seus sintomas psicossomáticos e agravar as dissonâncias do sujeito à natureza de seu sofrimento. (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994). Se a adesão do proletariado aos conflitos delineados pelo produtivismo instrumental e estimula, por exemplo, traços obsessivo-compulsivos, a sua inibição pode os transpor para estados de renúncia aos desejos e à atividade do Eu no real. Em suma, ao passo em que o estranhamento se apresenta como um risco à integridade mental do *Quiet Quitter*, o desinvestimento psíquico ao trabalho não interromperia tais circunstâncias (seja no emprego atual ou em outro), ao passo que poderia obstruir os feixes de potência ontológica remanescentes em suas atividades.

Como aludido anteriormente, os afrontamentos enérgicos, representados - em nosso caso - pelas greves e camaradagem, buscariam romper não só com as violências do capitalismo, mas também com a sua monopolização do real por meio de insolências que ultrapassariam o “possível” assentido pela ideologia. Com efeito, a capacidade de transformação da vida concreta se redimensionaria no paralelismo entre o contágio do destemor e o planejamento coletivo das ações. Mesmo que na incerteza da vitória de suas reivindicações, o otimismo seria legitimado, lastreado e

objetivado pela égide do pragmatismo e da cooperação, afastando-se do imobilismo. A socióloga Lais Wendel Abramo, na tese “O resgate da dignidade: a greve de 1978 em São Bernardo” (1986), evidencia que a força política das Greves Metalúrgicas do ABC Paulista de 1978 a 1980 emergiu para além do descontentamento com baixos salários, insegurança e insalubridade, autoritarismo do Estado e dos patrões. A rigor, esse acontecimento simbolizou uma contraofensiva, por tanto tempo asfixiada, dos trabalhadores ante o aviltamento de sua dignidade. Em suma, tratou-se de uma luta pelo direito de *ser* para além do que o autoritarismo burguês permitia, desafiando não só as montadoras e os cachorros-policiais, mas a própria noção do que era possível ao proletariado naquele período histórico. Não obstante, foram nos piquetes de São Bernardo que se inauguraram, efetivamente, as reações populares à Ditadura Civil-Militar, de tal modo que as subjetividades espalhadas pela nação passaram a assimilar a democracia como valor alcançável e fundamental em suas vidas. Sobre esse acontecimento, a autora resume:

[...] afirmando a própria existência perante si mesmos, os patrões, o governo e a sociedade, a greve foi, em termos mais amplos e não exatamente mensuráveis, uma experiência global de reparação de uma ferida profunda. A ferida da mutilação da própria subjetividade, da injustiça, da perda e da exclusão [...]. A greve é a possibilidade de sentir-se novamente gente. A greve é o que permite, em meio à força e à potência redescoberta da ação coletiva, recuperar e expandir a própria individualidade”. (ABRAMO, p. 304, 1986).

Finalmente, se faz necessário o balanço de agravos que o *Quiet Quitting* pode ocasionar, ainda que indiretamente, às antinomias já existentes na marcha da precarização. Tão logo a “grande demissão” ganhou força nos Estados Unidos, nomes renomados no campo dos negócios opinavam sobre como as gerências poderiam se beneficiar das oportunidades surgidas nesse momento *sui generis* para otimizar suas técnicas de estímulo ao rendimento e empenho dos empregados à mentalidade corporativa (KARRA, 2022). Basicamente, o afluxo de questionamentos virtuais voltados às situações laborais, na contramão dos seus efeitos propostos, tem servido de pretexto para que algumas organizações fortaleçam os mecanismos de apropriação da mais-valia e arrefecimento de sentimentos potencialmente agitadores. Esse quadro se mostra especialmente relevante se levarmos em conta a aplicação de recursos computacionais para os referidos fins.

Em tempos de indústria 4.0, as tecnologias da informação estão se tornando cada vez mais aptas a substituir o trabalho vivo. Quando implementadas no setor terciário da economia, conseguem – aos olhos dos detentores dos meios de produção – relegar o fator humano de diversas áreas ocupacionais à obsolescência, alastrando ainda mais o desemprego estrutural. (FACHIN; SANTOS, 2023). Um dos exemplos mais recentes desse processo está simbolizado no *ChatGPT*, um sistema de inteligência artificial capaz de, por meio do *deep learning*, compilar informações disponíveis na *internet* e instrumentá-las em respostas para quaisquer solicitações feitas por usuários. Na prática, a plataforma consegue redigir textos, explicar teorias, codificar algoritmos e realizar outras atividades – então dependentes de alta especialização intelectual – em poucos segundos, autonomamente e com qualidade satisfatória. Tal salto técnico-informacional, por si só, não implicaria em um agravamento da questão social. Pelo contrário, a “fobia ludista” perde coesão ao vislumbrarmos um horizonte de facilidades inimaginável para o futuro próximo. Todavia, a submissão da IA aos interesses das *big tech* e demais corporações evoca o temor de um amanhã em que o capitalismo, tal qual em seu curso histórico, apropriasse, em nome da acumulação de lucro e poder, de ferramentas promissoras ao desenvolvimento humano, enquanto a classe trabalhadora lida com a extinção de empregos e aumento da desigualdade. (FACHIN; SANTOS, 2023).

Também, temos que verificar se a desafeição à venda de força de trabalho não está se traduzindo na aclimatação dos jovens em tomarem a via do empreendedorismo como “solução” às perturbações existentes no meio organizacional. A ambição de “demitir o chefe” e ser seu próprio patrão está dentro do novo espírito do capitalismo explicado por Luc Boltanski e Éve Chiapello (1999/2009), porém, sabemos que muitas ocupações autônomas, sublinhadas em informalidade, prostram a população em mais pauperização, imprevisibilidade e suscetibilidade às oscilações do mercado.

Considerações finais

No decorrer deste artigo, fizemos uma descrição preliminar sobre o fenômeno pós-pandêmico do *Quiet Quitting*, coadunado ao movimento *antiwork* e *The Great Resignation*. Evidenciamos que a juventude trabalhadora do primeiro quartil do século XXI, período esse já marcado por grandes mudanças e conflitos societários, exprime

uma crescente insatisfação com as contradições engendradas pelo capitalismo neoliberal e o modo de produção flexível. Nas redes sociais, ideais marxistas ganham força à medida que *Millenials* e Geração Z se indagam quanto à razoabilidade das violências nas dinâmicas organizacionais, das iniquidades na distribuição de riquezas e estruturas de opressão legitimadas pelo capital.

É importante frisarmos aqui que os sujeitos nascidos nas novas gerações não são os únicos a carregarem consigo virtudes de contestação ao *status quo*. Vale a pena lembrarmos que *Baby Boomers* e Geração X, generalizados pelos jovens atuais como grupos convencionalmente mais conservadores, foram aqueles que protagonizaram a Contracultura e a Redemocratização Brasileira. A leitura desses eventos, sobretudo ante às posteriores acomodações na sociedade de classes, inclusive, nos ajuda a autenticar a análise do referido fato social: será que os sentimentos/pensamentos de negação ao trabalho estranhado são simétricos às proposições anticapitalistas da atualidade? Por quais brechas a “saída silenciosa” poderia ser apropriada e subvertida de sua lógica fundante?

Para elaborarmos algumas ponderações iniciais sobre essas perguntas, perfilhamos os tipos de disrupção, formas de organização, relações entre semelhantes e horizonte de lutas que caracterizam o *Quiet Quitting* e as noções tradicionais dos movimentos grevistas. Após a comparação, tornou-se nítido que a “saída silenciosa”, ao tentar esquivar o assalariado da alienação, aprofunda-o no realismo capitalista. A desagregação da coletividade e a normalização do fatalismo neutralizam os ânimos oposicionistas em atos isolados e que pouco transformam a materialidade histórica em que as injustiças operam.

O fio condutor dessa constatação não é novidade ao pensamento marxista. György Lukács, no livro “Para uma ontologia do ser social 2” (1986/2013), discorre sobre como, em uma sociedade capitalista, o estranhamento – que, tal qual dissemos anteriormente, não seria intrínseco à teleologia humana, mas sim às formas de vida condicionadas ao modo de produção – se interseccionaria na singularidade e coletividade dos sujeitos. Nesse sentido, em sendo um fenômeno alojado no interior da sociedade de classes, tais vivências só poderiam ser superadas mediante a constituição de um corpo político capaz de agir sobre fragmentos dessa totalidade.

A possibilidade de realizações limitadas, isto é, de escapar de possibilidades de estranhamento que se limitam ao plano individual é, em princípio, bem mais restrita no capitalismo.

Naturalmente, isso não se refere ao comportamento individual (ideológico) para com os próprios estranhamentos pessoais, dos quais falamos na seção anterior. A intenção não é anular a sua importância, ainda que seja necessário constatar que até mesmo o tipo mais consequente e até mais heróico dessa luta costuma deixar totalmente intactos os estranhamentos sociais ontologicamente mais fundamentais. Na luta contra o estranhamento, a práxis social real tem prioridade absoluta (LUKÁCS, p. 732 – 733, 1986/2013).

Lukács pontua que as greves e ações sindicais, em si mesmas, restringir-se-iam a coação dos mecanismos capitalistas ao reconhecimento prático e jurídico de forças antagonistas a eles, conferindo-as legitimidade econômica dentro do sistema acumulativo por meio de concessões nas dinâmicas reificadoras. Isto é, ainda estariam aquém da efetiva libertação popular, visto que seus resultados apenas reformam – e não rompem com – a lógica espoliadora. Todavia, o teórico reconhece o valor desses movimentos por representarem “um processo de integração que tem início nas reações espontâneas singulares ao próprio ser econômico imediato e desemboca em ações conscientes, reguladoras da sociedade como um todo” (LUKÁCS, p. 736 – 737, 2013). Em outras palavras, a organização das oposições singulares ao estranhamento em ações orgânicas amadureceria a revolta atomizada - meramente afetiva e pessoal - à condição de força revolucionária.

Nesse sentido, as animosidades e críticas componentes do *Quiet Quitting* revelam o devir emancipatório incipiente na juventude trabalhadora, que poderiam se lapidar e agir sobre o sociometabolismo do capital por meio dos referidos processos de integração. Entretanto, a partir do momento em que essas facetas não se articulam, em termos freireanos, com ações transformadoras – construídas em disruptões amplas e coletivas, sob a égide do comum e um horizonte contínuo de lutas –, a *práxis* é abortada em sua transposição ao real.

Tal qual a hiperpirexia, a “saída silenciosa” revela-se mais como sintoma do que solução ante o atual estágio que se encontra o neoliberalismo. Visto que “[...] uma crítica pertinente do capitalismo que contenha muitos detalhes corretos pode converter-se, todavia, numa apologia indireta a ele” (LUKÁCS, p. 744, 2013), ponderamos que o *Quiet Quitting* incide, contraditoriamente, na recaptura do sujeito à lógica da liberdade negativa, em que o fatalismo reitera a noção de que o sujeito “não pode contar com ninguém, a não ser consigo mesmo”. Sendo assim, na mesma direção do autorrelato de Mark Fisher, defendemos que a camaradagem e a

organização proletária se apresentam enquanto elos faltantes para que a juventude simpaticamente ao anticapitalismo desenvolva verdadeiras *práxis revolucionárias*, como também, a nível psicossocial, são vias legítimas e arrebatadoras de sublimação do sofrimento emergido e acumulado nas microscopias da sociabilidade engendrada pelo capitalismo flexível.

A depressão coletiva é o resultado do projeto da classe dominante de ressubordinação. Há algum tempo, temos cada vez mais nos resignado a ideia de que não somos o tipo de pessoa que pode agir. Esta não é uma falha de vontade individual, da mesma forma que uma pessoa deprimida não pode simplesmente sair da depressão em um “estalar de dedos” ao “arregaçar as mangas”. A reconstrução da consciência de classe é, de fato, uma tarefa formidável, que não será alcançada com soluções prontas e fáceis. Mas, ao contrário do que nossa depressão coletiva nos diz, é uma tarefa que pode ser realizada: inventando novas formas de envolvimento político, revitalizando instituições que se tornaram decadentes, convertendo o descontentamento privatizado em raiva politizada. Tudo isso pode acontecer, e, quando acontecer, quem sabe o que será possível? (FISHER, p. 143, 2009/2020).

Não precisamos ir longe para acharmos exemplos reais de mobilização segundo os enquadramentos de Lukács. Vários trabalhadores uberizados, submersos em circunstâncias “solitariamente precarizadas” de labor, estão se organizando em formas de resistências cada vez mais potentes contra as inseguranças econômica, política e legal engendradas pelas plataformas digitais. Ao invés de acirram seu engajamento ante a arbitrariedade oculta dos algoritmos e a competitividade, os entregadores de aplicativo, graças à união da categoria e planejamento de lutas, passaram a se compor em cooperativas livres, que lhes empoderariam com termos, contrapartidas e negociações mais justas e entre iguais (GROHMANN, 2022). Enfim, a politização dos dilemas vivenciados no cotidiano laboral e a emergência de movimentos vocais tem trazido à luz os problemas desse grupo para sociedade como um todo em protestos notáveis, vide o “Breque dos Apps” (DELGADO; CARVALHO, 2020).

Referências

ABRAMO, L. W. **O resgate da dignidade**: a greve de 1978 em São Bernardo. 1986. 323f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – USP, São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-14112022-114209/pt-br.php>. Acesso em 16 de maio de 2023.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo**. Trad.: I. C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1999] 2009. 683 p.

DAVIES, J. **Sedated**: How Modern Capitalism Created Our Mental Health Crisis. Londres: Atlantic Books, 2021. 290 p.

DEAN, J. **Camarada**: um ensaio sobre pertencimento político. Trad.: A. Renzo. São Paulo: Boitempo, [2019] 2021. 194 p.

DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C; ABDOUCHELI, E; JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1993. p. 119 – 145.

DELGADO, G. N; CARVALHO, B. V. Breque dos Apps: direito de resistência na era digital. **Le Monde Diplomatique Brasil**, v. 27, 2020. Disponível em: https://www.sinait.org.br/arquivos/artigos/Artigo_278.pdf. Acesso em 02 de outubro de 2023.

FACHIN, P; SANTOS, J. V. Como as novas configurações tecnológicas reconfiguram as lutas sociais: uma questão para refletir no Dia do Trabalhador. Entrevista especial com Bruno Cava, Carolina Salomão e Murilo Duarte. **Instituto Humanitas Unisinos**. 02 mai. 2023. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/628277-como-as-novas-configuracoes-tecnologicas-reconfiguram-as-lutas-sociais-uma-questao-para-refletir-no-dia-do-trabalhador-entrevista-especial-com-bruno-cava-carolina-salomao-e-murilo-duarte>. Acesso em 14 de maio de 2023.

FARIA, J. H. de. Dissimulações Discursivas, Violência no Trabalho e Resistência Coletiva. In: MERLO, A. R. C; MENDES, A. M; MOARES, R, D. M. (Orgs.). **O Sujeito no Trabalho**: Entre a Saúde e a Patologia. Curitiba: Juruá, 2013. p. 119 – 138.

FISHER, M. **Realismo capitalista**: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? Trad.: R. Gonçalves; J. Adeodato; M. da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, [2009] 2020. p. 211.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 129.

GREENHOUSE, S. ‘Old-school union busting’: how US corporations are quashing the new wave of organizing. **The Guardian**, Londres, 26 fev. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2023/feb/26/amazon-trader-joes-starbucks-anti-union-measures>. Acesso em 01 de outubro de 2023.

GROHMANN, R. Plataformas de propriedade de trabalhadores: cooperativas e coletivos de entregadores. **MATRIZES**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 209-233, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/184245>. Acesso em 5 de outubro de 2023.

INSTITUTE OF ECONOMIC AFFAIRS. **67 per cent of young Brits want a socialist economic system, finds new poll**. Londres, 06 jul. 2021. Disponível em: <https://iea.org.uk/media/67-per-cent-of-young-brits-want-a-socialist-economic-system-finds-new-poll/>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

JAIN, A. How the 'quiet quitting' trend is empowering employees. **MSN**, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://www.msn.com/en-us/money/careersandeducation/how-the-quiet-quitting-trend-is-empowering-employees/ar-AA16J8xL>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

JONES, O. Eat the rich! Why millennials and generation Z have turned their backs on capitalism. **The Guardian**, Londres, 20 set. 2021 Disponível em: <https://www.theguardian.com/politics/2021/sep/20/eat-the-rich-why-millennials-and-generation-z-have-turned-their-backs-on-capitalism>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

KAPLAN, E. B. The Millennial/Gen Z Leftists Are Emerging: Are Sociologists Ready for Them? **Sociological Perspectives**, v. 63, n. 3, p. 408 – 427. 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0731121420915868>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

KARRA, S. The Great Resignation As An Opportunity For The Great Reshuffle. **Forbes**, Jersey City, 27 set. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/forbeshumanresourcescouncil/2022/09/27/the-great-resignation-as-an-opportunity-for-the-great-reshuffle/?sh=73a92dd8a5e4>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

LEITE, M. de P. **O que é greve**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 58.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad.: N. Schneider; I. Tonet; R. V. Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, [1986] 2013. p. 847.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, p. 84.

NEWPORT, F. Democrats More Positive About Socialism Than Capitalism. **Gallup**, Washington, 13 ago. 2018 Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/240725/democrats-positive-socialism-capitalism.aspx>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

O'CONNOR, B. The rise of the anti-work movement. **BBC**, Londres, 22 jan. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/worklife/article/20220126-the-rise-of-the-anti-work-movement>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates**. Geneva, 2017. Disponível em:

<https://www.who.int/publications/i/item/depression-global-health-estimates>. Acesso em 03 de outubro de 2023.

TAVARES, J. Esquerda predomina entre mulheres e pretos; direita concentra homens e ricos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/06/datafolha-esquerda-predomina-entre-mulheres-e-pretos-direita-concentra-homens-e-ricos.shtml>. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.

WORLD INEQUALITY REPORT. **World Inequality Report 2022**. Paris, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf. Acesso em 25 de fevereiro de 2023.